



Fernando Collor (C), entre Bernard Rajzman, João Havelange, Carlos Nuzman e Mário Moysés participam de debate realizado na Comissão de Infraestrutura

COB prevê corrida contra o tempo para adaptar aeroportos para Olimpíadas 2016

Em debate com a presença de João Havelange, Carlos Nuzman, do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), disse ontem temer pela falta de tempo. Já o governo quer qualificar 300 mil profissionais. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.215 – Brasília, terça-feira, 20 de abril de 2010

Morte de assassino serial não paralisa investigações da CPI



Magno Malta diz que estão mantidos depoimentos da psiquiatra e do juiz do caso envolvendo pedreiro que confessou haver matado seis jovens

A morte do pedreiro Adimar Jesus da Silva, em uma cela de Goiânia, no final de semana, não vai interromper as investigações que a CPI da Pedofilia iniciou sobre as razões que levaram o criminoso, condenado por molestar duas crianças, a obter liberdade condicional. Em Arapiraca (AL), o trabalho da CPI levou à prisão de um religioso de 83 anos acusado de abusar sexualmente de menores. **4 e 5**

Magno Malta (E) e Demostenes Torres interrogaram o maniaco de Luziânia na semana passada

Comissão debate férias coletivas para juízes **3**

Desvio de verba de educação e saúde pode ter pena aumentada

CCJ discute hoje projeto que amplia para até 14 anos de reclusão a pena para corrupção ativa ou passiva praticada nas duas áreas. **4**

Edições em braile têm elogio de entidades **2**



Ofertas tentadoras no comércio, que muitas vezes escondem armadilhas econômicas, podem levar consumidores a contraírem dívidas enormes

especial
Cidadania

Projeto socorre consumidor e oferece saída negociada para quem tem uma superdívida **8**

Qualidade das obras doadas pela Casa a entidades de apoio a deficientes visuais é elogiada em solenidade realizada na IX Bienal Internacional do Livro do Ceará

Edições do Senado em braile favorecem inclusão de cegos

“ESSE TRABALHO QUE o Senado desenvolve, de imprimir e disponibilizar publicações em braile para entidades que prestam apoio ao deficiente visual, isso sim é inclusão de verdade”. O comentário foi feito pela presidente da Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), Josélia Almeida, durante solenidade de doação de livros em braile a três entidades que prestam apoio ao portador de deficiência visual no Ceará. Ela elogiou também o conteúdo dos títulos e a qualidade de impressão.

Ítalo Gutierrez, 16 anos, aluno do Instituto Hélio Góes – escola filantrópica que pertence à SAC – considera que a impressão em braile das obras do Senado está entre as melhores feitas no país. Ele avaliou que os livros têm os pontos em relevo bem definido, o que facilita a leitura pelo tato. Seus colegas de escola, Thayná Viana, 12 anos, e Lucas Lima, 16, concordaram.

Dos três estudantes do instituto presentes à solenidade, realizada na noite da última sexta-feira na IX Bienal Internacional do Livro do Ceará, apenas Lucas consegue ler livros impressos com tinta. Mas, para isso, a letra precisa ser ampliada. Ítalo e Thayná dependem das publicações em braile.

A biblioteca da SAC dispõe de livros em braile e também gravados em áudio. São obras



Capa do *Jornal do Senado* para cegos: espaço para títulos impressos em braile

de Machado de Assis e de José de Alencar e ainda de Dan Brown e da escritora britânica J. K. Rowling, autora das histórias de Harry Potter. Lucas, Ítalo e Thayná estão ansiosos para ter em mãos a saga *Crepúsculo*. Ao Senado, eles sugeriram a impressão em braile de obras de Ruy Barbosa.

Esforço

A diretora-geral adjunta do Senado, Andrea Valente da Cunha; o diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Florian Madruga; e a assessora especial da Presidência do Senado Bibiana Texidor Dantas participaram da solenidade. Ao entregar o *kit* de obras em braile para a Biblioteca Municipal

Dolor Barreira, Andrea Valente destacou o trabalho que o Senado desenvolve no sentido de se aproximar da sociedade cada vez mais. Ela também falou sobre o esforço da instituição para tornar sua página na internet mais acessível aos portadores de deficiência visual.

A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel foi a terceira entidade a receber as publicações do Senado em braile, sendo representada no evento por Thamyle Vieira Machado e Carlos Antonio Paulino. Thamyle Machado tem 26 anos, sofre de glaucoma e catarata congênita e trabalha na formatação, impressão e no atendimento do setor de braile da biblioteca, mesma função de Carlos Antonio Paulino, 23 anos. Os dois estão se preparando para cursar a universidade.

O acervo do setor de braile da biblioteca Menezes Pimentel chega a 3 mil publicações. Conforme Thamyle Machado, a Constituição de 1988 doada pelo Senado, atualizada até a Emenda 64, será muito útil, já que os exemplares hoje disponíveis estão gastos pelo uso e também desatualizados. Carlos Paulino pediu a Florian Madruga que analise a viabilidade técnica de o curso de revisor de braile que será ministrado em breve pelo Senado ser oferecido também a distância.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Petro-Sal e duas MPs trancam a pauta

14h A sessão deliberativa está com a pauta trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto que cria a Petro-Sal.

Presidência Sarney assina acordo com CNJ

14h30 José Sarney assina acordo de cooperação técnica entre o Senado e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Às 16h, preside a sessão deliberativa do Plenário. Na sala de audiências, às 17h, encontra-se com o vice-presidente do Senado francês, Roland du Luart. Às 19h, participa da posse de Hamilton Carvalhido no cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

CCJ Férias coletivas do Ministério Público

10h A comissão debate proposta que disciplina o direito a férias coletivas de membros do MP e magistrados. Entre os convidados, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e os presidentes da OAB, Ophir Cavalcante, e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares.

CAE Banco Central e política monetária

10h A Comissão de Assuntos Econômicos debate a política monetária com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Na pauta, projeto que reconhece a responsabilidade do Estado pela destruição, em 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro.

CE Símbolos dos Jogos Olímpicos

10h Os senadores debatem proposta do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 de proteger os símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Entre os convidados, o diretor de Marketing do Comitê Olímpico Brasileiro, Leonardo Grynner.

CMA Informação obrigatória em rótulo

11h30 Entre os oito projetos terminativos em análise na comissão, está o que trata da obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações sobre a forma de descarte.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Gerardo Viegas



Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Ruy Barbosa e outros personagens da vida e da história brasileiras, com trajes de época, estarão enriquecendo a experiência de quem participar das visitas guiadas no Congresso Nacional. Eles farão parte do *Visite Encena*, projeto da Secretaria de Relações Públicas do Senado realizado em parceria com a Coordenação de Relações Públicas da Câmara. De 24 de abril a 30 de maio, atores do grupo Caixa Cênica farão intervenções sobre a história de Brasília, que completa 50 anos amanhã. As encenações ocorrerão aos sábados e domingos, às 10h, 12h, 14h e 16h (agendamento pelo site www.camara.gov.br, a partir de quinta-feira à tarde). Saiba mais sobre os 50 anos da capital federal no *hotsite* www.senado.gov.br/comunica/brasilia50anos.

exposição

SENADO FEDERAL: 50 ANOS DE BRASÍLIA

de 14 a 29 de abril | 9h30 às 17h

Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional

Augusto Botelho cobra maior visão social do MEC

O Ministério da Educação deveria fazer “uma análise com uma visão social abrangente” antes de tomar a decisão de fechar instituições de ensino superior em decorrência de avaliações de desempenho baixas, opinou ontem o senador Augusto Botelho (PT-RR). Por outro lado, ele elogiou as cobranças de melhoria do ensino resultantes dessas avaliações.

Nas últimas duas décadas, o governo optou por “expandir largamente o ensino superior privado”, afirmou, ressaltando que, em 2008, existiam 236 instituições públicas e 2.016 instituições privadas de ensino superior no Brasil.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse concordar com Augusto Botelho, afirmando que “qualquer universidade é melhor que nenhuma”.



Para Augusto Botelho, fechamento de universidades exige cuidado

Cristovam sugere total transparência a governador do DF

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) desejou boa sorte ao novo governador do Distrito Federal, Rogério Rosso, eleito indiretamente no sábado, em votação na Câmara Legislativa. Cristovam sugeriu a Rosso que faça um governo com “total transparência” e avisou que estará acompanhando de perto o desempenho dessa nova gestão do governo do DF.

– Boa sorte, governador, mas sobretudo firmeza – disse.

Cristovam achou positivo o fato de o eleito não ser deputado distrital (vários deles foram envolvidos nos escândalos de corrupção), mas lembrou que Rosso trabalhou tanto no governo de Joaquim Roriz quanto no de José Roberto Arruda, afastado do cargo este ano por envolvimento nas mesmas denúncias. Rosso, que tomou posse ontem, deve governar até o final de 2010, completando o mandato que era de Arruda.



Cristovam (foto) deseja a Rosso “boa sorte, mas sobretudo firmeza”

Carlos Arthur Nuzman diz que atuais condições de funcionamento dos aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo dificilmente atenderiam a demanda para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016



Audiência na Comissão de Infraestrutura reúne Bernard Rajzman (E), João Havelange, Fernando Collor, Carlos Arthur Nuzman e Mário Augusto Lopes Moysés

Presidente do COB defende investimento em aeroportos

O PRESIDENTE DO Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, disse ontem que as atuais condições de funcionamento dos aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo dificilmente atenderiam à demanda para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Os dois eventos serão realizados na capital fluminense e contarão com a participação de 10.500 atletas de 205 países em 17 dias de competições.

– Rio e São Paulo são vitais. Essa é uma das partes mais importantes e a nossa preocupação reside nisso – afirmou Nuzman, defendendo a realização de investimentos nos aeroportos das duas capitais.

Nuzman participou de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre a necessidade de formação e capacitação da mão de obra nas cidades que sediarão os três principais eventos marcados para o Brasil nos próximos anos: a Copa do Mundo

de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a Conferência Rio +20, a ser realizada em 2012, para análise de compromissos ambientais assinados em 1992 por ocasião da Rio 92.

O dirigente também defendeu a apresentação, no Plenário do Senado, do projeto que marcou a escolha do Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, por entender que o assunto envolve a participação de diversas comissões permanentes da Casa. Em resposta, Fernando Collor (PTB-AL) – que preside a CI e é autor do requerimento para a realização da audiência pública – disse que vai solicitar a realização de uma sessão específica com essa finalidade.

Turismo

Além de Nuzman, participaram da audiência pública, que integra o ciclo de debates Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, promovido pela CI, o secretário-executivo do Ministério do Turismo, Mário

Augusto Lopes Moysés; o presidente da Comissão Nacional de Atletas Olímpicos, Bernard Rajzman; e o ex-presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado) e da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) João Havelange.

Mário Augusto disse que os investimentos do governo nas Olimpíadas irão se concentrar na promoção da imagem do Brasil no exterior como destino turístico; na capacitação e na qualificação de trabalhadores, empresários e gestores públicos da cadeia do turismo; e em mecanismos públicos de fomento ao setor de hotelaria.

Por sua vez, Bernard Rajzman disse que a prática de esportes favorece a abertura de oportunidades a crianças e adolescentes mundo afora. O ex-jogador de vôlei disse ainda que, em termos esportivos, o Brasil evoluiu “muitíssimo” desde 1990, mas ressaltou que os recursos destinados à prática esportiva ainda são escassos.

Havelange: Jogos no Rio vão ajudar desenvolvimento

O ex-presidente da Fifa e da CBF João Havelange, 94 anos, destacou na audiência pública ações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em prol da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, além do empenho de Carlos Nuzman.

– A Copa do Mundo antigamente estava entre a Europa e a América do Sul. Consegui modificar e hoje ela vai a todos os continentes, tanto é que está indo à África. Os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro serão inesquecíveis – garantiu Havelange.

Para o ex-dirigente da Fifa, os Jogos Olímpicos de 2016 podem se tornar um elemento valioso e prestimoso para o desenvolvimento do Brasil. A atuação profissional de Havelange foi saudada pelo presidente da CI, Fernando Collor, e ainda por Francisco Dornelles (PP-RJ), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Comissão debate proposta que visa proteger símbolo olímpico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debaterá hoje a partir das 10h, em audiência pública, propostas do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 com o objetivo de proteger os símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Ao justificar a solicitação da audiência, Flávio Arns (PSDB-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS) argumentaram que, embora o Ato Olímpico e a Lei Pelé tenham conferido proteção a esses símbolos contra ações de *marketing* de emboscada, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) tem identificado a ocorrência dessa prática.

O COB aponta a necessidade de ampliação dos dispositivos de proteção, por meio da inclusão de novos termos, expressões, variações ou com-

inações que possam induzir a uma falsa associação com os Jogos Rio 2016.

O comitê Rio 2016 solicita alterações no sentido de estender a garantia legal de proteção aos termos “olímpico” e “olimpíada”, bem como ao mote olímpico “*Citius, Altius, Fortius*”. A entidade ainda pede a adoção de medidas necessárias para prevenir e cessar o *marketing* de emboscada (prática publicitária para tirar proveito do destaque dos jogos) e qualquer uso não autorizado das propriedades olímpicas.

Foram convidados, entre outros, o diretor de Marketing do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Leonardo Gryner, e o secretário nacional de Esporte de Alto Rendimento, Ricardo Leyser Gonçalves.

CCJ discute 60 dias de férias para juízes e membros do MP

O restabelecimento de férias anuais coletivas de magistrados e membros do Ministério Público, excluídas da Constituição com a reforma do Judiciário, em 2004, será tema de debate hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também será discutida a concessão desse mesmo tipo de benefício aos defensores públicos, medidas contidas na proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/09, que tramita na CCJ.

Pela proposta, magistrados e membros do MP terão direito a férias anuais, por 60 dias, divididas em dois períodos, sendo um de férias individuais e outro de férias coletivas – estas no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro. Uma emenda do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estende também o direito a férias de 60 dias aos defensores públicos.

A PEC 48/09, cujo primeiro signatário é o senador Valter Pereira (PMDB-MS), previa o período de férias coletivas de 2 a 31 de janeiro. Mas o relator apresentou emenda alterando a data. Como justificativa, lembrou que, com o chamado recesso de Natal, o período de férias se estenderia ainda mais.

A PEC também prevê que a atividade jurisdicional será ininterrupta em todos os graus de jurisdição e que durante todos os dias, inclusive nos períodos de férias coletivas dos magistrados e naqueles em que não houver expediente forense normal, haverá atendimento por juizes em plantão permanente.

– Certamente, a regulamentação contribuirá para uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, tão desejada pela população – defende o relator Antônio Carlos Valadares.

CCJ pode votar hoje projeto que aumenta para até 14 anos de prisão as penas sobre crimes de corrupção ativa ou passiva praticados nessas áreas sociais prioritárias

Penas maiores para desvios na saúde e na educação

OS CRIMES DE corrupção praticados nas áreas da saúde e da educação terão punição ainda mais rigorosa – de quatro a 14 anos de reclusão. Atualmente, o Código Penal prevê reclusão de dois a 12 anos para crimes de corrupção ativa ou passiva. O aumento de pena está previsto em projeto de lei na pauta de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na proposta (PLS 35/09), o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) justifica o aumento de pena informando haver desvio de 25% dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde aos municípios e de 81% do orçamento da educação.

Favorável ao projeto, o relator, senador Romeu Tuma (PTB-SP), apresentou substitutivo para manter o agravamento da punição já previsto em lei – um terço da pena quando o funcionário envolvido “retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional”.



Mozarildo: desvios de verbas da saúde e da educação são elevados

Improbidade

Outro projeto na pauta de hoje, apresentado por Demostenes Torres (DEM-GO), fixa critérios e prazo prescricional único de dez anos para ações contra ato de improbidade administrativa praticado por servidor público.

Pela Lei 8.429/92, que dispõe sobre sanções aplicáveis contra agentes públicos no caso de enriquecimento ilícito, as ações

podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício do mandato ou da saída do cargo ou função.

O novo prazo estabelecido pelo projeto de Demostenes Torres não atinge as ações que buscam recuperar o dinheiro desviado dos cofres públicos – imprescritíveis pela Constituição –, como explicita emenda feita pelo relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

CAS analisa ampliação da lista de medicamentos excepcionais

Ampliar a oferta gratuita dos medicamentos excepcionais fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse é um dos principais objetivos do PLS 338/07, que está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Além de beneficiar as pessoas que necessitam de medicamentos de alto custo, a proposta visa diminuir o número de ações judiciais que obrigam o SUS a oferecer tais itens.

Os medicamentos excepcionais são, em geral, aqueles de alto custo e de uso contínuo utilizados para tratar, por exemplo, doenças crônicas ou raras. Por quase sempre apresentarem custo elevado, a oferta gratuita desses medicamentos obedece a

critérios específicos.

A proposta foi apresentada por Flávio Arns (PSDB-PR), mas o texto foi modificado pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Na semana passada, quando foi aprovada em primeiro turno, Arns ressaltou que está satisfeito com o texto final.

– Chegamos a um acordo, feito a partir do debate com o governo e a sociedade – disse.

Arns destacou que, se for aprovado em turno suplementar na CAS, o texto deverá ser enviado à Câmara, sem necessidade de votação no Plenário do Senado. Segundo ele, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, apoia o projeto e garantiu que, caso ele seja aprovado pelo



Eduardo Azeredo elaborou o texto final em acordo com o autor do projeto

Congresso, não haverá qualquer veto por parte do Executivo.

Uma das medidas previstas na proposta é a atualização periódica – a cada 180 dias – das listas de medicamentos oferecidos pelo SUS.

Estado poderá indenizar UNE por incêndio na década de 60

O Estado brasileiro deve ser obrigado a reconhecer sua responsabilidade na destruição, em 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, e pagar indenização pelo incêndio ali ocorrido. É o que prevê um dos projetos que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje.



Gerson Camata

Do prédio da UNE, situado na praia do Flamengo, estudantes brasileiros conduziram lutas contra o Estado Novo, pela nacionalização da exploração do petróleo e por uma escola pública de qualidade. O projeto (PLC 19/10) cria uma comissão de representantes do governo destinada a fixar o valor e a forma de indenização que o Estado deverá pagar. Já aprovada na Câmara, a proposta será relatada na CAE pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Comissão ouve Meirelles e vota empréstimos a estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública hoje, às 10h, com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre os fundamentos da política monetária. Resolução do Senado prevê quatro reuniões desse tipo por ano. A de hoje é particularmente importante porque a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10), da Fundação Getúlio Vargas, mostrou um pico em março (1,10%) e um recuo em abril (0,63%). O comportamento da inflação nos próximos meses deve ser um dos assuntos na pauta da audiência pública.

Empréstimos

Em seguida, a CAE vota autorizações para Rio de Janeiro e Pernambuco contratarem operações de crédito de US\$ 19,7 milhões e US\$ 15 milhões, ambas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também está na pauta empréstimo de US\$ 1,3 bilhão entre o Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird).

Crimes de Luziânia colocam a progressão de pena em debate

O caso do assassinato dos seis jovens de Luziânia (GO) – violentados e mortos pelo pedreiro Adimar Jesus da Silva, que confessou os crimes e indicou a localização dos corpos – teve, no fim de semana, um desfecho que voltou a colocar em xeque o sistema penal brasileiro. No domingo, Adimar foi encontrado morto em sua cela, numa delegacia em Goiânia.

Para o consultor legislativo Fabiano Silveira, mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), duas decisões recentes na legislação penal brasileira tiveram consequências diretas no caso Adimar: o fim da exigência de exame criminológico

para concessão da progressão de pena e a extensão do benefício da progressão para os casos de crimes hediondos.

Esses temas foram abordados por Demostenes Torres (DEM-GO) e Romeu Tuma (PTB-SP) em audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoveu na última semana.

O consultor apontou duas medidas legislativas que, a seu ver, poderiam minimizar os riscos à sociedade: “Uma delas é o monitoramento eletrônico, já previsto no projeto de reforma do Código de Processo Penal. E, em casos extremamente graves, que envolvam psicopatias, o exame criminológico”.

Morte de pedreiro exige esclarecimento, diz procurador

Suicídio ou assassinato, a morte do pedreiro Adimar Jesus da Silva dentro de cela da delegacia onde se encontrava preso, após confessar ter matado seis jovens em Luziânia (GO), é um fato grave que exige esclarecimento. A afirmação é do procurador da República Eugênio Pacelli, membro da comissão de juristas constituída pelo Senado para elaborar a proposta de reforma do Código de Processo Penal.

Conforme o procurador, mortes de pessoas sob custódia do Estado em cadeias e presídios são acontecimentos comuns. Mas ele salientou que não se pode atribuir caráter de normalidade a tais fatos, que seriam reveladores da falência

do conjunto das instituições no cumprimento da legislação penal, desde a apuração ao julgamento dos crimes e depois na fase de execução das penas.

Na avaliação de Pacelli, a legislação penal brasileira não é ruim, mas o conjunto do sistema não funciona. Os problemas, diz ele, começam com os inquéritos demorados e muitas vezes falhos. Depois, quando as denúncias chegam aos tribunais, os processos vão enfrentar filas e se arrastar ainda mais devido aos procedimentos morosos. Segundo o procurador, os acusados detidos de forma provisória frequentemente permanecem confinados além do tempo e sem o necessário acompanhamento.



Senador Flávio Arns e a relatora da comissão, Teresa Wambier, em Curitiba

Juristas garantem anteprojeto do CPC coerente com normas

A comissão de juristas que vai propor anteprojeto de um novo Código de Processo Civil (CPC) realizou sexta-feira, em Curitiba, a última audiência pública para colher sugestões dos profissionais do Direito. A relatora da comissão, Teresa Wambier, disse no debate que o texto proposto pelos juristas “não será uma ruptura, mas uma evolução, um passo além em relação à normativa atual”.

Os principais parâmetros, segundo ela, serão a coerência entre as normas processuais, a simplificação do processo e “a resolução dos problemas concretos de forma pragmática”.

A audiência foi acompanhada

da pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR), que frisou a importância das garantias constitucionais de acesso universal a uma Justiça rápida. Os trabalhos da comissão receberam elogios do procurador-geral de Justiça do Paraná, Olympio Sotomaior, para quem a mudança da lei processual civil é importante, já que o atual CPC data de 1973, quando o Brasil vivia uma ditadura.

Os juristas voltam a se reunir em Brasília nesta semana. As discussões poderão prosseguir mesmo após a entrega do texto ao Senado, como forma de assegurar o trabalho democrático da comissão.

Senador, que preside comissão, acredita na tese do suicídio porque maníaco dizia "ouvir vozes". Psiquiatra e juiz serão chamados para depor

Morte do pedófilo de Luziânia não muda investigação da CPI, diz Malta

O PRESIDENTE DA CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), disse ontem que a morte do pedreiro Adimar Jesus da Silva – assassino confesso de seis jovens em Luziânia (GO) – não vai alterar o curso das investigações sobre o caso. O pedreiro foi encontrado morto domingo na delegacia da Polícia Civil onde estava preso desde o dia 10, em Goiânia.

Em entrevista à Agência Senado, Magno Malta disse acreditar que Adimar Jesus suicidou-se na prisão. Como o pedófilo dizia ouvir vozes mandando que cometesse abuso sexual e depois matasse suas vítimas, o senador considerou plausível que, dessa

vez, ele tenha "recebido ordens" para que se matasse.

Em prosseguimento às investigações na CPI da Pedofilia, os senadores devem ouvir a psiquiatra forense que elaborou o laudo crimológico no qual afirma que o pedreiro não tinha doença mental. Também será ouvido o juiz que concedeu liberdade condicional ao pedreiro. Adimar havia sido condenado a 14 anos



Geaceliv/Agência



João Euripeles/Diário da Manhã

Malta (foto menor) quer apurar por que o pedreiro Adimar Jesus da Silva recebeu livramento condicional

de prisão por abuso sexual de menores, mas recebeu o benefício de livramento condicional após cumprir quatro anos de reclusão.

– É preciso ouvi-los para que detectemos os erros nesse caso e possamos consertar ou melhorar a lei – explicou Magno Malta.

Marisa Serrano afirma que a apuração do caso deve continuar

A morte do pedreiro Adimar Jesus da Silva não deve encerrar a apuração policial, judicial e legislativa sobre o caso. A avaliação foi feita pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), autora de projeto de lei (PLS 338/09) que determina a criação de um banco de dados sobre condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a ser disponibilizado na internet e de acesso público. Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta pode ser votada na próxima semana pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa. O relator do projeto na CDH é o senador Magno Malta.

O assassino dos adolescentes foi encontrado morto no domingo na delegacia onde

estava preso desde o dia 10, em Goiânia. Marisa Serrano sustenta que o fato não interfere no curso da investigação sobre os implicados nas mortes dos jovens de Luziânia. Ela defendeu a apuração das responsabilidades do juiz que concedeu a liberdade condicional a Adimar Jesus e da psiquiatra forense que elaborou laudo dando condições ao livramento.

Para a parlamentar, os depoimentos são necessários não só para evitar que episódios do gênero se repitam, como também para encontrar alternativas para o monitoramento de condenados por crimes sexuais, que podem ser beneficiados pela progressão de pena com regime semiaberto ou livramento condicional.

Um dos caminhos apontados pela senadora seria o cadastro



Waldemir Barreto

Marisa Serrano propõe cadastro de condenados por crime sexual

proposto no PLS 338/09. Além da fotografia do condenado, seriam incluídos nome completo, data de nascimento, endereço residencial, local de trabalho ou estudo e crime praticado. O banco de dados teria abrangência nacional e o cidadão seria obrigado a fornecer informações pessoais para acessá-lo na internet. O projeto determina que o condenado mantenha seus dados atualizados sob pena de ser punido com detenção de um a dois anos, mais multa.

Tuma atribui morte de assassino a falha no sistema carcerário

O alegado suicídio do pedreiro Adimar Jesus da Silva, assassino confesso de seis jovens de Luziânia, deve ser atribuído ao sistema penitenciário brasileiro, por não ter garantido a segurança do preso, disse ontem o senador Romeu Tuma (PTB-SP). O pedreiro estava detido em uma delegacia em Goiânia e foi encontrado morto no último domingo.

Tuma também criticou o sistema judicial e as falhas da polícia, verificadas desde o início das investigações. Para ele, a morte de Adimar Jesus vai prejudicar o esclarecimento completo dos crimes.

– Eu acho que o Estado deveria ter mantido uma vigilância permanente sobre ele [Adimar]. Ele pode ter ficado horas ou o dia inteiro sem observação. O

sistema carcerário é falho, houve falha total, que trouxe seis vítimas e ainda impossibilitou a continuidade de investigação mais séria – afirmou.

Para o senador, também é preciso levar em conta a hipótese de que o pedreiro tenha sido assassinado como eliminação de arquivo. Tuma defendeu acompanhamento, pela CPI da Pedofilia, dos exames criminológicos sobre a causa da morte do preso e a continuidade das investigações. O inquérito contra Adimar Jesus será suspenso, explicou, mas as investigações precisam continuar, para evitar que casos semelhantes aconteçam.

Tuma defendeu prisão perpétua para crimes de abuso sexual de menores. Abusadores de crianças e adolescentes são



Geaceliv/Agência

Para Romeu Tuma, pedofilia é caso de prisão perpétua

psicopatas que sempre voltam a cometer o crime, não havendo tratamento que corrija esse tipo de desequilíbrio, apontou o senador.

– A pedofilia tem de dar prisão perpétua. Não dá para soltar um psicopata, que uma semana depois repete o fato. E não há exemplo de recuperação de pedófilo. É um criminoso constante, tem de ficar na cadeia – disse Tuma.

Em Arapiraca, mosenhor de 83 anos é preso após investigação

“O Brasil não tolera mais abusos contra crianças e adolescentes. A população de Arapiraca (AL) entendeu o sentido de nosso trabalho e o que se viu nesses três dias foi um mosaico de ódio, pena e nojo”, disse o presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, ao avaliar o trabalho realizado naquela cidade, no último fim de semana.

A atuação da CPI resultou na prisão do mosenhor Luiz Marques Barbosa, de 83 anos, acusado de abuso sexual de crianças e adolescentes. Também foram presos o motorista José Reinaldo Bezerra e a assistente

social Maria Isabel dos Santos, funcionários da Paróquia de São José, em Arapiraca.

O parlamentar classificou o trabalho realizado pela CPI na cidade alagoana como pedagógico e produtivo. Muitas das informações levantadas pela comissão foram fornecidas não só pelas vítimas de abuso, mas pelos padres Raimundo Gomes e Edilson Duarte, também acusados da prática e incluídos no programa de delação premiada.

A comissão deve continuar apurando o caso em depoimentos a serem colhidos em Brasília.

Criar banco de dados é importante

Magno Malta informou ontem que deve ser acelerada a votação, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do PLS 338/09, da senadora Marisa Serrano, que cria um banco de dados nacional sobre pedófilos, acessível pela internet.

Relator da proposta na CDH, Malta considera a criação do banco de dados necessária e

importante. O parlamentar observou ainda que o Brasil está atrasado na formulação desse cadastro, na comparação com outros países, como os Estados Unidos. Sua expectativa é apresentar o relatório ao projeto – aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no final de 2009 – já na próxima semana.

Para Geovani, doenças mentais precisam de maior compreensão

Apesar do crescimento dos casos de doenças mentais e comportamentais no Brasil, ainda falta uma política humanizada que encare o problema de perto e dê apoio efetivo a essas pessoas, avaliou o senador Geovani Borges (PMDB-AP).

– Tenho acompanhado o sofrimento de famílias que simplesmente não sabem nem por onde começar a pedir ajuda quando têm, entre seus membros, pessoas com quadros e transtornos mentais devido ao uso de substâncias psicoativas, depressão acentuada, transtornos mentais orgânicos – lamentou.

Para Geovani, o mundo tem cada vez mais pessoas acometidas por essas doenças, mas essas perturbações não mereceram a importância e seriedade necessárias. Ele disse que as vítimas desses problemas ainda são tratadas com zombaria, pouco caso e desprezo.



Waldemir Barreto

Carências da área de saúde são ainda maiores nesses casos, diz o senador

O senador assinalou que, mesmo num mundo globalizado e em permanente conexão, as pessoas continuam amargando os sentimentos de solidão, depressão e isolamento. As carências na área de saúde são bem conhecidas, lembrou, mas quando se analisa os portadores de transtornos mentais e comportamentais e dependentes químicos, essas insuficiências passam a ser aterradoras.

Com o argumento de que a proposta significa "um importante passo no capítulo da segurança pública" no país, senador pede imediata votação da matéria pela Câmara



Albari Rosa/Gazeta do Povo

Bombeiro ajuda a impedir explosão em acidente com caminhão-tanque: senador defende fundo para uniformizar salários

Renan cobra piso nacional para policiais e bombeiros

O LÍDER DO PMDB no Senado, senador Renan Calheiros (AL), defendeu ontem a criação de um fundo da União para uniformizar os salários de policiais e bombeiros e, assim, viabilizar o piso nacional para a categoria. O parlamentar afirmou que proposta originária do Senado instituiu o piso, mas transferiu para uma lei federal a fixação dos valores.

Para não prejudicar as finanças dos estados e da União, o Senado aprovou, na mesma proposta (PEC 41/08), um fundo para complementar as diferenças salariais de forma gradual, disse o senador. Renan observou que há estados que não necessitam de complementação, como Sergipe, que já paga salário de R\$ 3.200 a seus policiais.

A proposta aprovada pelos senadores foi considerada equilibrada por Renan, mas na Câmara dos Deputados uma emenda aglutinativa à matéria (PEC 446/09 naquela Casa) fixou valores para o piso. O senador alertou os parlamentares e os próprios beneficiários do piso quanto às consequências dessa decisão.

– Quantificar salários na Constituição, ainda que nas disposições transitórias, é congelar esses salários. Ao se fixar um valor, a simples reposição da inflação, a cada ano, vai exigir uma nova PEC, que, sabemos, tem uma



WaldemirBarreto

Renan: alguns segmentos "querem faturar politicamente em cima da PEC"

tramitação verdadeiramente complexa – argumentou.

Padrão mínimo

Renan disse que, quando apresentou a proposta, sua intenção era inserir na Constituição um mecanismo que garantisse um padrão mínimo nacional de remuneração para esses profissionais cuja importância para o Estado e para a sociedade considerou inquestionável.

– Os servidores policiais desempenham a mais típica das funções de Estado, que é cuidar da segurança das pessoas, da segurança das relações sociais, e isso é condição sem a qual não podemos jamais falar em democracia e liberdades individuais e públicas. Por exercerem atividades típicas de Estado, os policiais merecem amparo de

mecanismos constitucionais, como o que foi aprovado aqui no Senado Federal.

Peleguismo

Renan denunciou tentativas de politizar a questão e de prolongar o debate sobre o assunto. Segundo ele, há interesses menores e sombras de "peleguismo rondando a proposta".

Alguns segmentos, conforme denunciou, "querem faturar politicamente em cima da PEC e estão se lixando se ela vai se tornar realidade ou não; querem só o discurso de campanha".

Renan disse que a proposta precisa ser votada imediatamente, porque, a seu ver, significa "um importante passo no capítulo da segurança pública no Brasil".

Mesquita Júnior homenageia Brasília e os povos indígenas

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) homenageou Brasília pelos seus 50 anos de fundação. Ele lamentou a ocorrência dos casos de corrupção envolvendo o ex-governador José Roberto Arruda e deputados distritais, que, em sua opinião, poderão diminuir o brilho dos festejos de 50 anos da capital amanhã.

Ele disse acreditar, no entanto, que a população de Brasília tem em suas mãos a chance



WaldemirBarreto

Geraldo Mesquita Júnior

de aperfeiçoar as instituições públicas para que passem a atender aos interesses da sociedade.

Mesquita Júnior também lembrou a passagem do Dia do Índio, ontem, e prestou uma homenagem aos povos indígenas brasileiros. O senador ressaltou o trabalho de mapeamento das etnias indígenas de seu estado, realizado por seu pai, Geraldo Gurgel Mesquita, no início dos anos 1970, quando este governou o Acre.

Marco Maciel elogia apoio de vereador à educação inclusiva

Marco Maciel (DEM-PE) elogiou o vereador do PSDB de São Paulo Floriano Pesaro por propor a criação do Dia Municipal em Defesa da Educação Inclusiva, comemorado pela primeira vez este ano. Maciel opinou que, enquanto o Brasil não der



WaldemirRodrigues

Marco Maciel

"prioridade um" para a educação, o país não poderá ser considerado desenvolvido.

O senador aproveitou para defender a aprovação de projeto seu (PLS 565/09) que inscreve os nomes dos chefes militares

Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Antônio Filipe Camarão e Antônio Dias Cardoso no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e Democracia, em Brasília.

Os seis lideraram a Insurreição Pernambucana, que culminou na expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro em 1654.

Marco Maciel ainda registrou que o Dia do Exército Brasileiro foi comemorado ontem.

Papaléo quer anistiar servidor que aderiu a PDVs desde 1996

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu que a Câmara dos Deputados vote o Projeto de Lei 4.293/08, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que concede anistia aos ex-servidores públicos federais que aderiram a programas de desligamento voluntário (PDVs) a partir de 1996, reintegrando-os aos cargos.

O parlamentar fez um histórico sobre os PDVs ocorridos no Brasil e disse que muitos servi-



WaldemirBarreto

Papaléo Paes

dores que fizeram essa opção "hoje passam por necessidades extremas":

– É de dar dó a situação em que ficaram essas pessoas – afirmou.

De acordo com Papaléo, "dezenas de milhares" de servidores confiaram nas promessas de treinamento para

reclassificação no mercado de trabalho e também nas promessas de crédito para abertura ou expansão de empreendimentos próprios e acabaram sem saída.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Eduardo Suplicy • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Arthur Virgílio condena divulgação de pesquisa paga por partido

Virgílio questiona pesquisa encomendada

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado, defendeu ontem a regulamentação, pelo Congresso, da divulgação de pesquisas encomendadas por candidatos, partidos políticos ou sindicatos. Para ele, essas pesquisas não têm credibilidade e, portanto, não deveriam se tornar públicas.

O líder comentou a pesquisa Datafolha, do jornal *Folha de S. Paulo*, divulgada no último sábado, na qual José Serra aparece com 10 pontos percentuais à frente de Dilma Rousseff, em primeiro turno – 38% contra 28%.

– Ganha eleição quem erra menos, e não quem acerta mais. José Serra acertou até agora, inclusive permanecendo à frente do governo de São Paulo num momento difícil para a população, que enfrentava enchentes e alagamentos – afirmou.

Virgílio condena retirada de *jingle* da Globo do ar

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou ontem o fato de o PT ter interferido e conseguido retirar do ar *jingle* comemorativo dos 45 anos da TV Globo. O 45 é o número do PSDB.

– Esse não é o caminho para uma eleição pacífica, tranquila, respeitosa e respeitável – disse o senador.

Virgílio registrou ainda a divulgação, pelo boletim *Focus*, do superávit comercial brasileiro, de US\$ 1,57 bilhão acumulado até agora. O saldo, destacou o senador, é 66,2% menor do que o registrado em igual período de 2009, quando ficou em US\$ 4,65 bilhões.

Senador diz que presidente sempre foi favorável a que terras ficassem com indígenas. Afirmo também que candidatos à Presidência poderão realizar “debates educativos”

Suplicy destaca visita de Lula a reserva no Dia do Índio

O SENADOR EDUARDO Suplicy (PT-SP) registrou ontem, Dia do Índio, a visita do presidente Lula à reserva Raposa Serra do Sol (RR). Disse que Lula sempre foi favorável a que as terras da reserva ficassem com os índios, o que acabou ocorrendo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida há um ano.

Suplicy disse que, em seu discurso, o presidente lembrou que na ocasião foi “demonizado” juntamente com o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em razão das divergências entre o governo federal e o governo estadual, este último favorável aos agricultores que ocupavam a reserva. Lula, lembrou Suplicy,



Suplicy lembra ajuda a pequenos agricultores

decidiu permanecer afastado da disputa até a decisão do tribunal.

O senador informou que a União destinou 6 milhões de hectares de terras a Roraima para beneficiar médios e pequenos proprietários rurais.



Pedro Simon aponta falta de critérios na distribuição de recursos públicos

Simon: má gestão leva a tragédias das enchentes

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), as tragédias causadas por enchentes, como as que ocorreram há dois anos em Santa Catarina e recentemente no Rio de Janeiro, poderiam ser evitadas, ou pelo menos minimizadas, caso os administradores públicos, em todas as esferas de governo, adotassem métodos mais eficazes de gestão.

Simon considera que a imprevisibilidade da ocorrência de eventos climáticos adversos, com relação à produção de catástrofes, é uma causa menos importante do que a falta de critérios racionais de distribuição de recursos públicos.

O senador criticou ainda a exploração demasiada pelos meios de comunicação das tragédias. Segundo ele, as TVs, sobretudo, vêm se perdendo em discussões irrelevantes que não contribuem para a solução dos problemas.

Alvaro: programas sociais começaram com a Constituição

A rede de proteção social no Brasil não se resume ao programa Bolsa Família, mas tem se desenvolvido principalmente a partir da Constituição de 1988, afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele frisou que a queda da desigualdade e a redução da pobreza de enormes parcelas da população tiveram início em programas de transferência de renda garantidos pela Carta de 1988.

Alvaro Dias lembrou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) criado em 1971 e que teve valor ampliado de meio para um salário mínimo, conforme determinação constitucional. Recordou, ainda, que os benefícios de prestação continuada da Previdência Social atendem aos idosos com mais de 65 anos e a pessoas com deficiência.



Alvaro Dias cita Funrural e Benefício da Prestação Continuada

Debate eleitoral

Suplicy disse que os candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva, Ciro Gomes e Plínio de Arruda Sampaio terão a oportunidade de realizar debates “educativos”, por serem pessoas preocupadas com o interesse público e de “nível excepcional”.

O senador mencionou também sua participação na Conferência sobre Renda Básica no Canadá (Basic Income Conference), nos dias 15 e 16 deste mês. Ele destacou a experiência do Alasca, que há 27 anos utiliza os dividendos do Fundo Permanente do Alasca para a instituição de um programa de renda mínima.



Segundo Marisa, programa está contratando para o próximo governo

PAC 2 é um grande “engodo”, diz Marisa Serrano

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com apenas 11% de execução, é um “engodo”, é “marqueteiro” e não existe, disse ontem Marisa Serrano (PSDB-MS). “Pior ainda” é o PAC 2, continuou, que começou a firmar contratos com as prefeituras e governos estaduais.

– Estão contratando em cima de um orçamento que não existe e para um governo que ainda não existe. Só que vai criar uma expectativa, uma esperança e depois uma decepção, quando não conseguirmos colocar isso em prática. Isso é um engodo muito perigoso para o povo brasileiro – alertou.

Marisa Serrano completou dizendo que o PT tem demonstrado disposição de usar “todas as armas possíveis”, mesmo as ilegais e as ilusórias, como seria o PAC 2, para tentar eleger Dilma Rousseff.



Garibaldi cobra atuação mais intensa da Secretaria Nacional de Defesa Civil

Garibaldi quer socorro ágil para vítimas da seca

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu mais agilidade no socorro às vítimas de fenômenos climáticos, como a seca que começa a afligir os agricultores do Nordeste e, de modo especial, do Rio Grande do Norte.

Segundo o senador, o problema da falta de chuvas já começa a ser esquecido “e as consequências no estado e na região podem ser gravíssimas para a população”. Garibaldi avalia que a Secretaria Nacional de Defesa Civil já deveria estar atuando mais intensamente para minimizar as consequências da estiagem e que esse é o tipo de caso que justifica uma medida provisória, a qual, no entanto, não é editada.

Gilberto Goellner critica Plano de Direitos Humanos

Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), proposto pelo governo Lula, é “um verdadeiro golpe à democracia no país, ao Judiciário, ao Legislativo e ao Ministério Público” em vários trechos. Ele entende que o PNDH-3 “afronta a Constituição e o Código Civil” quando “incentiva a invasão da propriedade privada”.

O senador citou opinião, sobre o PNDH-3, do jurista Ives Gandra Martins, que não vê possibilidade de o projeto “ser salvo” e que se trata de “modelo político” e, como tal, “ou é aceito ou é rejeitado”.



Plano incentiva a invasão da propriedade privada, diz Goellner

Raupp: regra para transpor servidor sai já



Valdir Raupp

Depois de mais uma rodada de negociações entre representantes de servidores e técnicos do Ministério do Planejamento, ontem, Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que deverá ficar pronto nas duas próximas semanas o regulamento da transposição de antigos servidores de Rondônia para a folha salarial da União. A transferência consta da Emenda Constitucional 60/09, aprovada no ano passado, mas depende de lei para sua regulamentação. O regulamento será incluído, sob a forma de emenda, à Medida Provisória 472/09, que já está em processo de votação no Congresso.

Apuração de suposto abuso contra madeireiros

Jefferson Praia (PDT-AM) criticou a ação dos fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que, em confronto com moradores do município de Lábrea (AM), teriam exorbitado ao fiscalizar o uso da madeira.

O senador quer que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realize audiência pública para averiguar os possíveis abusos cometidos pela entidade de fiscalização ambiental. Jefferson Praia anunciou que encaminhou pedido de esclarecimentos ao instituto.



Jefferson Praia

Projeto do Senado pode socorrer consumidores superendividados

Proposta se inspira na legislação francesa, que assegura uma renda mínima de subsistência ao devedor. No Rio Grande do Sul, projeto-piloto investe em audiência de conciliação para resolver pendências com os credores

O BRASIL NÃO possui lei que ajude o consumidor de boa-fé a rene- gociar suas dívidas, quando a corda fica tão esticada que já não há como pagar os seus credores. Para dar apoio legal à solução do superendividamento (veja texto abaixo), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) poderá propor, segundo seu presidente, Renato Casagrande (PSB-ES), projeto de lei inspirado no modelo francês, que assegura o mínimo de renda para o superendividado sobreviver.

Um dos principais temas debatidos nas audiências da comissão para aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o superendividamento já vem sendo discutido há algum tempo pelo Ministério da Justiça, universidades, entidades de consumidores, procons e defensorias públicas.

O Rio Grande do Sul desenvolve há dois anos, com sucesso, um projeto-piloto que viabiliza acordo entre o consumidor superendividado e os seus credores com a ajuda de um juiz. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro também organizou um núcleo de atendimento para auxiliar acordos extrajudiciais. E São Paulo deve implantar o seu núcleo, confiantemente a partir de maio (confira nesta página).

Para os integrantes do grupo

de trabalho que assessorou a CMA no aprimoramento do Código, o Congresso ainda não tem qualquer proposta em tramitação que, à semelhança do que existe para as empresas (Lei 11.101/05, de recuperação judicial, extrajudicial e falência), ampare o consumidor superendividado.

Plano

O estudo mais avançado nessa área foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que no início do mês enviou ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça, um anteprojeto que deve ter seu texto definitivo em maio, quando ocorre o 10º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor.

O anteprojeto, conforme a coordenadora da pesquisa, Claudia Lima Marques, considerada uma das maiores especialistas em superendividamento,

Dez cuidados essenciais

Justiça gaúcha organiza lista com dez orientações muito úteis que podem ajudar você a evitar um superendividamento

- 1 Não gaste mais do que **ganha**.
- 2 Tenha cuidado com o **crédito fácil**.
- 3 Não assuma dívida sem antes refletir e conversar com sua **família**.
- 4 Leia o **contrato** e os **prospectos**.
- 5 Exija a informação sobre a taxa de **juros** mensal e anual.
- 6 Exija o prévio cálculo do valor do **total** da dívida e avalie se é compatível com a sua **renda**.
- 7 Compare as taxas de juros dos **concorrentes**.
- 8 Não assuma dívidas em benefício de **terceiro**.
- 9 Não assumas dívidas e não forneça seus dados por **telefone** ou pela **internet**.
- 10 Reserve parte de sua renda para as despesas de **sobrevivência**.



Foto: StockXCHNG

Fonte: Cartilha do Superendividado – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

sugere a adoção de uma fase de conciliação. O projeto-piloto com a defensoria gaúcha prevê audiência voluntária, na presença do juiz, em que o devedor propõe plano de pagamento aos credores, com prioridade para os pequenos.

O plano de pagamento assegura o mínimo existencial (chamado na lei francesa de *restre a vivre*), que pode girar em torno dos 30% do rendimento do consumidor, dependendo de cada caso. A especialista explicou ao **Jornal do Senado** que o acordo

tem força executiva e judicial, no caso de ser descumprido. “O devedor se obriga a não contrair novas dívidas para não piorar a sua situação. E os fornecedores retiram o nome do devedor do SPC e do Serasa no primeiro pagamento. São negociados prazos mais longos e descontos”, exemplificou Claudia Marques.

A conciliação está sendo obtida em 60% dos casos (o dobro da média nacional) e todos os acordos, segundo ela, têm sido cumpridos.

São Paulo volta a ter núcleo para as grandes dívidas

Depois da experiência em 2006, em que houve acordo em 70% dos 50 casos de superendividamento sem necessidade de recurso à Justiça, o Procon de São Paulo deve criar um núcleo em convênio com a Defensoria Pública e o Judiciário. O diretor da instituição, Roberto Pfeiffer, explicou ao **Jornal do Senado** que o núcleo deve funcionar em molde semelhante ao do Rio Grande do Sul, com acordos firmados com a participação de um juiz.

O Procon faria a triagem dos consumidores superendividados e remeteria os casos às juntas de conciliação para que fossem firmados os acordos com os credores, sempre resguardando o mínimo existencial. O órgão também cuidaria do treinamento e da capacitação dos mediadores. A ideia é sensibilizar fornecedores, como bancos e concessionários de serviços essenciais, para participarem do projeto, a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro. A meta é implantar oito regionais do órgão

estadual para capacitar os 240 procons municipais.

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro criou em agosto de 2005 uma comissão para auxiliar o superendividado. Segundo o defensor Lincoln Lamellas, do Nudecon, cerca de 400 pessoas já foram atendidas de alguma forma: ou conseguiram acordo, ou ajuizaram ações de revisão, insolvência, ou apenas se satisfizeram com orientações sobre consequências do não pagamento dos débitos.

O superendividado que quer negociar tem a ajuda da defensoria. “Procura-se demonstrar a todos os credores suas reais condições, fazendo com que um saiba da existência do outro e da necessidade de modificar os contratos originais para que voltem a receber as prestações, permitindo ao consumidor a conjugação do pagamento com a manutenção mínima de condições de vida (moradia, transporte, saúde etc.)”, resumiu Lamellas.

Entenda as situações que levam à impossibilidade de pagar

O superendividamento pode ser definido como a impossibilidade global do devedor pessoa física, consumidor leigo e de boa-fé pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, as provenientes de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio, conforme a professora Claudia Marques. Ele pode resultar de duas situações:

– superendividamento passivo: quando um fato superveniente à vida da pessoa a leva a ficar superendividada, ocorrendo uma redução brutal de seus rendimentos, que

impossibilita a quitação das dívidas vencidas e a vencer. Pode ocorrer em razão de desemprego, divórcio, por uma doença ou morte na família, acidente, entre outras causas;

– superendividamento ativo: é proveniente de uma “grande acumulação de dívidas, desde que de boa-fé”. Ou seja, atinge o consumidor que “gasta mais do que ganha”, aqueles classificados como “consumistas”. Segundo a especialista, enquadra-se nessa classificação o indivíduo que não sabe administrar bem o seu cartão de crédito e as facilidades de autofinanciamento atualmente disponíveis.

Desemprego desponta como causa principal

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público estadual mostrou que 39% dos 80 consumidores selecionados comprometiam 60% ou mais da sua renda em dívidas. Em 50% dos casos, o desemprego respondeu pelo desequilíbrio financeiro. Apenas 37% receberam cópia dos contratos e em 88% das vezes não se pediu nenhuma garantia para o empréstimo, conforme estudo de 2008 do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

O quadro foi muito parecido ao encontrado no Rio Grande do Sul, conforme o Idec. A pesquisa feita em 2004 revelou que a esmagadora maioria (80%) dos gaúchos era de endividados passivos, surpreendidos por algum acidente na vida. Em 57% das ocorrências, o tomador do crédito nunca recebeu cópia do contrato. Apenas em 37% das situações, o credor explicou qual o total a ser pago e em 77% dos casos não se pediu qualquer garantia para assinar o contrato.

As pesquisas disponíveis mostram que não é possível generalizar o perfil do superendividado brasileiro. No Rio Grande do Sul, predominam as mulheres que são arrimo de família (55%). Em Salvador, os mais endividados são jovens adultos, entre 18 e 34 anos (64,56%), sendo que a maior parte (36,16%) só cursou o primeiro grau, conforme levantamento de 2009 da Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas da capital.

A pesquisa gaúcha revelou que a maior parte dos endividados (66%) está entre 30 e 50 anos; são pessoas não casadas (69%), principalmente autônomos ou liberais (47%), sendo aposentados (11%) e desempregados (10%), sustentando família de três a quatro pessoas (65%). São consumidores que devem para um credor (36%) ou de dois a três credores (38%), principalmente em decorrência de desemprego (36,2%), doença ou acidente (19,5%). Apenas 21,7% dos casos foram enquadrados como consumistas, conforme pesquisa coordenada por Claudia Marques.

Saiba mais

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

portal.mj.gov.br/dpdc/data/Pages/MJ5E813CF3PTBRIE.htm

Fundação de Proteção e Defesa do

Consumidor (Procon/SP)

www.procon.sp.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

www.idec.org.br

Cartilha do Superendividado

www1.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/tribunal_de_justica/corregedoria_geral_da_justica/projetos/projetos/cartilha_superendividado.html